



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III – ATA REGISTRO DE PREÇOS

Registro de Preços

MUNICÍPIO DE ESPINOSA-MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 18.650.952/0001-16, com sede administrativa em Espinosa/MG, na Praça Coronel Heitor Antunes - 132, Centro, CEP. 39.510-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, MILTON BARBOSA LIMA, brasileiro, casado, bancário aposentado, inscrito no CPF/MF sob o nº 404.735.976-91, portador do RG de nº MG-1.504.322 SSP/MG, residente e domiciliado em Espinosa/MG, doravante denominado, simplesmente, por CONTRATANTE, e considerando o julgamento da licitação de Processo nº 117/2023- Pregão Presencial nº 35/2023 - para Registro De Preços -, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e (XXX), qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s),

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA PREDIAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO/REPARAÇÃO DE IMÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. As especificações técnicas, assim como todas as obrigações e condições descritas no edital, no Termo de Referência, no Contrato e na Proposta de Preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Contratado: [inserir razão social], inscrita no CNPJ sob o nº [inserir número], com sede à [inserir endereço completo], neste ato representada pelo(a) Senhor(a) [inserir nome e função da representante legal], portador da Cédula de Identidade RG nº [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF nº [inserir número], residente e domiciliado à [inserir endereço completo].

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Preço Expresso em Reais (R\$)	
					Unitário	Total
Valor Total						
Valor total por extenso						



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

2.1. Durante a vigência não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à presente Ata de Registro de Preços.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O Órgão Gerenciador será a Município de Espinosa, através do setor de Licitação.

3.2. Caberá ao Órgão Gerenciador a responsabilidade, após contratação, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento ou execução do objeto, inclusive aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, no edital e no Contrato.

3.3. O Município de Espinosa-MG não se obrigar a firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nas quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para execução dos serviços, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O Município de Espinosa-MG, Órgão Gerenciador, não admitirá a possibilidade de adesão.

5. DA VALIDADE DA ATA

5.1. A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, conforme art. 12 do Decreto Federal nº 7.892/13 e o inciso III do §3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, contados da data de publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

6. DA REVISÃO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto ao(s) Fornecedora/Prestadora(s) de Serviço.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao praticado pelo mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

6.3.1. Convocar o Fornecedor do bem ou prestador do serviço visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

6.3.2. Liberar a Fornecedora do bem ou prestador do serviço do compromisso assumido e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos firmados;

PÇA. CEL HEITOR ANTUNES, 132 – CEP 39.510-000 – ESPINOSA – MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.3.3. Convocar os demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a Fornecedora não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar a Fornecedora do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes da Ordem de Serviço (OS) e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.4.2. Convocar os demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. No transcurso da negociação, ficará a Fornecedora condicionada a atender as solicitações dos Órgãos Participantes nos preços inicialmente registrados, ficando garantida a compensação do valor negociado para os serviços já executados, caso do reconhecimento pelo Município de Espinosa/MG do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estipulado.

6.6. Caso ao Município de Espinosa/MG entenda pela revisão dos preços, o novo preço será consignado, através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão os fornecedores vinculados.

6.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador cancelará o bem objeto do preço negociado, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7. DO CANCELAMENTO

7.1. A critério do Município de Espinosa/MG poderá ser cancelado o registro de preços e instaurada nova licitação para a aquisição ou contratação do objeto de registro, sem que caiba direito de recurso ou indenização.

7.2. A fornecedora Registrada do bem ou prestador do serviço terá seu registro cancelado quando:

7.2.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, a que estiver vinculado;

7.2.2. Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado, sem

7.2.3. justificativa aceitável;

7.2.4. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.5. For declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2.6. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

7.3. Os preços registrados poderão ser cancelados automaticamente, por decurso do prazo de vigência, quando não restarem fornecedores ou ainda pelo Município de Espinosa/MG quando:

7.3.1. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

7.3.2. Os preços registrados se apresentarem superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

7.3.3. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do Registro de Preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93;

7.3.4. Por razão de interesse público, devidamente motivado;

7.3.5. Por requerimento do detentor da Ata, mediante deferimento do Município de Espinosa/MG frente a comprovação da impossibilidade do cumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo das penalidades previstas no edital e seus anexos, bem como perdas e danos.

7.3.6. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado.

8. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

8.1.1. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição dos serviços ou execução dos serviços objeto de registro, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.

8.1.2. Dilatar o prazo de vigência do Registro de Preços "de ofício" através de apostilamento, com publicação na Imprensa Oficial, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

8.1.3. Indicar para os Órgãos e Entidades, Usuários do Registro de Preços, os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

8.1.4. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.1.5. Gerenciar o Registro de Preço e acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados e nas mesmas condições de execução, para fins de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

controle e fixação do valor máximo a ser pago pelo Município de Espinosa/MG.

8.1.6. Emitir a Ordem de Serviço (OS).

8.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação.

8.1.8. Aplicar penalidades e sanções cabíveis.

8.1.9. Cancelar o Registro de Preços quando presentes as situações previstas na Cláusula 7 deste documento.

8.2. Compete ao Município de Espinosa/MG:

8.2.1. Firmar ou não a contratação do objeto de registro de preço ou contratar nas quantidades estimadas.

8.2.2. Proporcionar à Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e execução dos itens dentro das normas estabelecidas no edital.

8.2.3. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas à execução, inclusive à aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos.

8.2.4. Informar ao Gerenciador da Ata, da inexecução total do compromisso, caracterizada pelo não comparecimento da Fornecedora Registrada para a retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes.

8.2.5. Aplicar as penalidades de sua competência à Fornecedora ou Prestadora do Serviço faltosa.

8.2.6. Notificar o Órgão Gerenciador, dos casos de licitações com preços inferiores aos registrados em Ata.

8.2.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens/bens recebidos em desacordo com as obrigações assumidas pela Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada.

8.2.8. Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas no edital.

8.3. Compete à Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada:

8.3.1. Executar o objeto contratado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de execução fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Município de Espinosa/MG.

8.3.2. Manter, durante a vigência do Registro de Preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.3.3. Adequar os itens/bens recusados no prazo estabelecido, após o recebimento da notificação, sem qualquer ônus para o Município de Espinosa/MG, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando não cumprido os pressupostos estabelecidos a este Registro de Preços.

8.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a Cláusula 7 desta ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos itens/bens entregue, caso do reconhecimento pelo Município de Espinosa/MG do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado.

8.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pelo Município de Espinosa/MG, resultante do ato de revisão.

8.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições, caso o Município de Espinosa/MG optar pela contratação da aquisição dos serviços ou objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

8.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a execução do objeto de registro de preços.

8.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas.

8.3.10. Executar os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme dispõe no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

9. DA EXECUÇÃO

9.1. Os quantitativos de fornecimento/prestação do serviço serão os fixados no Contrato ou nota de empenho e observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

9.2. A Fornecedora Registrada está vinculada em fornecer estritamente os serviços discriminados na Proposta de Preços, no Contrato e no ato da entrega, com consequente devolução caso seja constatado o desacordo com as especificações.

9.3. A solicitação do serviço será realizada através da Ordem de Serviço, que é documento no qual consta a especificação exatamente licitada, bem como as quantidades a serem entregues.

9.4. O objeto será prestado de forma parcelada, conforme a necessidade e através de solicitação, sendo que o início deve ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem.

9.5. A Ordem de Serviço (OS) será enviada à Contratada via email ou outra forma a ser estabelecida pelas partes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.6. O objeto deverá ser prestado nos locais discriminados pelas Secretarias interessadas, respeitando obrigatoriamente, a quantidade e forma determinada, sendo os mesmos recebidos pelos integrantes indicados pela administração.

9.7. O objeto deve ser prestado devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal) e de acordo com a Ordem de Serviço (OS), dela devendo constar o número do Contrato, o material/serviço, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.8. Todos os custos referentes ao fornecimento/prestação do serviço, como transporte, taxas e impostos, despesas com refeições e estadias de funcionários, atendimento fora do horário comercial para entrega e demais despesas necessárias para o perfeito fornecimento contratado, correrão por conta exclusiva da Fornecedora Registrada.

9.9. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10. DO RECEBIMENTO

10.1. O recebimento deverá se efetivar, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, da seguinte forma.

10.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações requeridas neste documento;

10.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de até 03 (três) dias úteis. Só então será atestada a Nota Fiscal.

10.2. A Administração reserva-se no direito de não aceitar os serviços que estiverem em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

10.3. Entende-se como critério de aceitação do objeto que o mesmo esteja de acordo com especificação descrita na Proposta de Preços e que atenda o inciso VIII do art. 39 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.4. Constatadas irregularidades nos serviços, a Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada será responsável pela substituição/troca/reparo das mesmas, prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de Notificação, sem qualquer ônus para a Administração.

10.5. Independentemente da aceitação, a Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada garantirá a qualidade do item fornecido/executado e estará obrigada a substituir aquele que

PÇA. CEL HEITOR ANTUNES, 132 – CEP 39.510-000 – ESPINOSA – MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

não estiver de acordo com o especificado ou no caso de apresentar falha, mesmo que o fato ocorra após o recebimento provisório e/ou definitivo, sob pena de aplicação, pela Administração, das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

10.6. A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação da Administração, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Fornecedora Registrada as penalidades previstas na legislação vigente.

10.7. Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pela Administração, sujeitar-se-á Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.

10.8. Em caso de irregularidade não sanada pela Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Prefeito para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

10.9. No caso de inadimplência da Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada, entrega do objeto com especificações diferentes do ofertado, ou ainda com imperfeições, considerar-se-á como data efetiva da entrega aquela em que a totalidade dos serviços seja entregue, em quantitativos e características compatíveis com o solicitado.

10.10. Em caso de necessidade de providências por parte da Fornecedora Registrada, o prazo para pagamento será suspenso e o fornecimento considerado em atraso, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e conforme o caso, as outras sanções estabelecidas na lei e neste Contrato.

10.11. Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada das obrigações definidas no Código Civil Brasileiro em vigor, bem como no artigo 69 da Lei Federal nº 8.666/93, e demais exigências legais.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, consubstanciadas com as sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, no caso de inexecução total ou parcial, ou ainda, atraso injustificado do objeto desta licitação, sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais, ressalvado as situações devidamente justificadas e comprovadas, a Administração poderá aplicar à Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada, garantida a ampla defesa e o contraditório, as seguintes penalidades:

11.1.1. Advertência, por escrito;

PÇA. CEL HEITOR ANTUNES, 132 – CEP 39.510-000 – ESPINOSA – MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

11.1.2. Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na entrega, incidente sobre o valor total do item/lote registrado para a empresa, limitada a incidência a 10 (dez) dias, que contar-se-á a partir da data limite para a entrega fixada nesta Ata de Registro ou após o prazo concedido para às substituições ou modificações devidas quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações previstas; a partir do 10º (décimo) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial da Ata de Registro, com as consequências daí advindas;

11.1.3. Multa compensatória de:

11.1.3.1. 3% (três por cento) sobre o valor correspondente a parte não cumprida da Ata de Registro por ocorrência, até o limite de 9% (nove por cento), em caso de inexecução parcial da presente Ata; e

11.1.3.2. 30% (trinta por cento) sobre o valor da Ata de Registro, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

11.1.4. Liberação da Ata de Registro de Preços e cancelamento do preço registrado após o **30º (trigésimo)** dia de atraso;

11.1.5. Suspensão temporária de participação em licitação com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações;

11.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; e,

11.1.7. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.2. As sanções também se aplicam as integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocadas, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

11.3. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

11.5. O Prefeito, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. Quaisquer multas, quando aplicadas, deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias na Tesouraria do Município de Espinosa ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento ou, ainda, cobradas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

judicialmente, ficando garantida a defesa prévia da Fornecedora Registrada nos prazos estabelecidos em lei.

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Certificado de Registro Cadastral da Fornecedora.

11.8. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pelo Prefeito, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração da aplicação da pena.

11.9. As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista nesta Ata de Registro, nem a responsabilidade da Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada por perdas, danos e prejuízos, que causar ao Município de Espinosa/MG ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

11.10. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao Município de Espinosa/MG no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa da Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada, sob pena de multa.

11.11. A Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nessa cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.

11.12. Os procedimentos para aplicação de penalidades de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais serão comunicados pelas secretarias interessadas e as penalidades serão aplicadas por Prefeito.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até **30 (trinta) dias**, após a entrega e aceite definitivo dos serviços, juntamente com a apresentação da respectiva documentação fiscal devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe a alínea "a" do inciso XIV do art. 40, combinado com a alínea "b" do inciso II do art. 73 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

12.2. A Fornecedora ou Prestadora do Serviço Registrada deverá, obrigatoriamente, quando da entrega, encaminhar os seguintes documentos:

12.3.3 (três) vias da Ordem de Serviço (OS) encaminhada pelo Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela Contratada em local apropriado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

12.4. Nota Fiscal e/ou Fatura gerada pelo fornecimento do equipamento entregue solicitada na Ordem de Serviço (OS). Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na OF pelo Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, os motivos de não entrega do equipamento solicitado, os quais serão analisados pela unidade requerente e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;

12.5. A falta de um dos documentos solicitados poderá implicar no não recebimento do equipamento e, conseqüentemente, da Nota Fiscal e/ou Fatura.

12.6. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

12.7. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

12.8. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais e o prazo de pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

12.9. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado dos créditos existentes em favor da fornecedora Registrada.

12.10. O Município de Espinosa não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

12.11. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância pela Fornecedora Registrada de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

12.12. O Município de Espinosa/MG poderá reter, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Fornecedora classificada.

12.13. As Notas Fiscais correspondentes serão discriminativas, constando o número do Contrato a ser firmado, banco, agência, número da conta - corrente e prazo de pagamento.

12.14. Não será efetuado qualquer pagamento a Fornecedora Registrada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora Registrada.

PÇA. CEL HEITOR ANTUNES, 132 – CEP 39.510-000 – ESPINOSA – MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPINOSA

ESTADO DE MINAS GERAIS

12.15. O Município de Espinosa não efetuará nenhum pagamento à Fornecedora Registrada sem a devida apresentação da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, além das demais exigências legais.

12.16. Como condição para pagamento, a Fornecedora Registrada deverá se encontrar nas mesmas condições requeridas na fase de habilitação, assim como para o recebimento dos pagamentos relativos ao objeto contratado.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de fornecimento/prestação do serviço, tais como, os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações das partes, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Termo de Referência e no Contrato.

13.2. A existência de preços registrados não obriga o Município de Espinosa/MG a firmar contratações com o(s) respectivo(s) Fornecedora/Prestadora(s) Registrada(s) ou a contratar a totalidade dos materiais/serviços registrados, sendo-lhes facultado a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa as licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

13.3. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, Contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

13.4. A supressão dos serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do Órgão Gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.5. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na Imprensa Oficial, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

13.6. Fica eleito o foro da Comarca de Espinosa, Estado de Minas Gerais, para dirimir todas as questões oriundas do presente instrumento, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.7. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.